



Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA  
Pedagogia

Fabiana Carneiro de Castro

**A Educação Indígena no Brasil: panoramas e reflexões**

Araripina

2019

Fabiana Carneiro de Castro

**A Educação Indígena no Brasil: panoramas e reflexões**

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, modalidade monografia, apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA. Curso de Pedagogia, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Professor Francisco Rogério Gomes Barros

Araripina

2019

Fabiana Carneiro de Castro

**A Educação Indígena no Brasil: panoramas e reflexões**

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, modalidade monografia, apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Regional Alternativa – FERA. Curso de Pedagogia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Esp. Francisco Rogério Gomes Barros.

Data de aprovação \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

---

Prof.º Esp. Francisco Rogério Gomes Barros

**Orientador**

---

Prof.ª. Esp. Antonia Maria Noronha de Aguiar

**Examinador (a)**

---

Prof.º Esp. Tiago Alves de Sousa

**Examinador (a)**

Dedico a minha família e aos colegas que me acompanharam nessa jornada

### **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade e por permitir que eu realizasse mais essa etapa de estudos. Também agradeço aos amigos que me ajudaram e apoiaram todo o processo. Agradeço também aos professores que muito contribuíram para que chegasse até aqui.



“O arco que o índio arma não é arma, é sobrevivência natural. O lugar que o índio vive não é moradia, é natureza. Ser índio, não é uma classe digna de piedade e lamentos, é ser original, ser raiz, ser história e ser principalmente raça pura, com conceitos e modos que devem ser respeitados por quem veio depois.”

*Almany – Poeta do Sol*

## **RESUMO**

A pesquisa se apresenta como um elemento que subsidia conhecimentos a cerca da Educação Indígena e suas concepções norteadoras. Ao discutir sobre educação indígena é necessário discutir também sobre as diferentes formas de ver cada elemento de sua sobrevivência, a quem compreende chamar de valores, isso conceitua diferentes visões das populações indígenas.

Na compreensão inicial desses conceitos é possível também perceber as formas de organização das etnias e posteriormente em suas escolas indígenas, e aqui é importante ressaltar que uma única etnia pode ter diferentes formas de se organizar, de fazer educação, de manter seus costumes e tradições. Isso não inferioriza nenhuma das etnias o aldeias indígenas, pelo contrário elas apenas se tornam específicas com particularidades importantes e únicas.

Também é necessário discutir sobre linguagens, sobre as formas de organização, as concepções de vida. Além de também ser necessário discutir sobre religiosidade, sobre as diversas formas de formarem suas gerações, de repassarem conhecimentos e de compartilharem saberes.

**Palavras – chaves: Escola – Indígena – Concepções - Discutir**

### **ABSTRACT**

The research if presents as an element that subsidizes knowledge about the Aboriginal Education and its norteadoras conceptions. When arguing on aboriginal education it is necessary to also argue on the different forms to see each element of its survival, to who understands to call values, this appraises different visões of the aboriginal populations.

In the initial understanding of these concepts it is possible also to perceive the forms of organization of the etnias and later in its aboriginal schools, and here it is important to stand out that an only etnia can have different forms of if organizing, to make education, to keep its customs and traditions. This not inferioriza none of the etnias the aboriginal villages, for the the opposite they only becomes specific with important and only particularities.

Also it is necessary to argue on languages, on the forms of organization, the conceptions of life. Beyond also being necessary to argue on religiosidade, the diverse forms to form its generations, to repass knowledge and to share to know.



Words - keys: School - Aboriginal - Conceptions - To argue

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL.....</b>	<b>10</b>
2.1. Dados Históricos da Educação Indígena: avanços e dificuldades.....	13
2.2. Princípios norteadores da educação escolar indígena.....	16
2.3. Processos de alfabetização na educação indígena x educação convencional.....	18
<b>3 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO LINGUÍSTICA NA ESCOLA INDÍGENA.....</b>	<b>24</b>
3.1. O trabalho com leitura e escrita nas escolas indígenas.....	26
3.2. A linguagem como princípio da diversidade.....	27
<b>4 CONHECENDO A ESCOLA INDÍGENA BROLHOS DA TERRA.....</b>	<b>29</b>
4.1. História de luta e resistência x Educação indígena local.....	31

4.2. Espaços de aprendizagem com ações afirmativas para o processo de alfabetização das crianças indígenas.....

34

4.3. Análises e resultados

.....39

**5 CONCLUSÃO.....**

**43**

**6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....**

## 1 - INTRODUÇÃO

O tema em questão apresentado nesta pesquisa **A Educação Indígena no Brasil**: panoramas e reflexões, apresenta os diferentes conceitos e concepções a cerca da Educação Escolar Indígena numa perspectiva de contribuir com discussões e pesquisas já realizadas neste sentido. Para desbravar os conhecimentos e conhecer melhor sobre essa modalidade de ensino é necessário compreender antes de qualquer coisa o dia a dia das etnias indígenas espalhadas pelo Brasil.

Isso é necessário, pois conforme veremos nesta pesquisa, a educação possui dois grandes e amplos conceitos, sendo a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena, dois processos importantes para a construção do que se entende como conhecimento para as populações indígenas.

Um outra questão importante a ser discutida nesta pesquisa é a questão da língua, considerada um fator de resistência para os povos indígenas, este elemento que é tão valorizado e discutido dentro das escolas indígenas. Com isso a pesquisa se apresenta por meio de capítulos, sendo um deles **A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL**, onde se discute e apresenta sobre os Dados Históricos da Educação Indígena: avanços e dificuldades; Princípios norteadores da educação escolar indígena; Processos de alfabetização na educação indígena x educação convencional

Um outro capítulo vem discutir sobre **O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO LINGÜÍSTICA NA ESCOLA INDÍGENA** abordando sobre O trabalho com leitura e escrita nas escolas indígenas; A linguagem como princípio da diversidade. Neste capítulo é feito uma ênfase as práticas vivenciadas pelas escolas indígenas.

O último capítulo se prende a um estudo de caso das teorias em uma escola e por isso se denomina **CONHECENDO A ESCOLA INDÍGENA BROLHOS DA TERRA** apresentando sobre História de luta e resistência x Educação indígena local; Espaços de aprendizagem com ações afirmativas para o processo de alfabetização das crianças indígenas; Análises e resultados .

## **2 - A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL**

O contexto da Educação Indígena no Brasil é imenso tanto quanto a luta pelo reconhecimento da identidade das etnias. A Educação para essas populações em seu sentido duplo perpassa as concepções dos conhecimentos tradicionais da geração e por fim chega ao que denominamos escola, sentido dado pelos Jesuítas desde a invasão dos Portugueses às terras brasileiras, quando se utilizavam da catequese com o objetivo de alfabetizar e exterminar a língua materna, os costumes e as tradições dos povos indígenas.

Essa história permaneceu por muito tempo nas terras indígenas, até que as populações indígenas se perceberam perdendo seus maiores tesouros, seus conhecimentos tradicionais e estavam aprendendo coisas que não faziam parte de suas vivências. Passou-se então para uma nova luta, garantir o direito à uma educação indígena que atenda às necessidades do povo, que valorize as suas especificidades e acima de tudo que preserve os costumes, princípios e valores da etnia como garantia desses conhecimentos tradicionais às outras gerações.

O direito passou a ser reconhecido legalmente a partir da Constituição Federal de 1988, configurando-se como uma política e se denominou como Educação Diferenciada numa perspectiva de reconhecer o direito à educação ao índio, de serem eles mesmos. A Constituição da República Federativa se expressa em seu capítulo II da seguinte forma:

Art. 210 – Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Essa como sendo a primeira vez que esse direito foi mencionado se tornou uma grande conquista para o movimento indígena e desde então a discussão sobre Educação Diferenciada tem se colocado em demais referenciais importantes como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, que reforçam esse direito numa perspectiva de fomentar a preservação das tradições dessa população, seus costumes e crenças que de forma informal para as

diversas etnias também se configura como um tipo de educação.

E começou-se uma discussão contínua sobre como efetivar os princípios das etnias dentro de um processo educacional por meio de conferências, assembleias, reuniões, fóruns e debates com as comunidades indígenas e órgãos competentes como FUNAI, Secretarias de Educação e ONG'S que realizam trabalhos sociais dentro dessas comunidades. No momento, em que foi garantido a educação diferenciada para índios também se criou o direito à uma escola para índios que atendessem as necessidades das comunidades.

Por meio disso, também essa política pública se percebia em meio ao grande desafio de como oferecer uma educação diferenciada que embora seja para povos indígenas, ambos possuem concepções diferenciadas acerca da educação, para tanto é que se fazia necessário a discussão sobre o tema e por isso a educação diferenciada se concebe em suas comunidades com modos particulares aos princípios de sua etnia.

Embora existam tantas leis que asseguram o direito a uma educação diferenciada, essa modalidade de educação ainda perpassa por vários desafios, conforme mostra o depoimento a seguir:

Não adiante ter leis, se a escola indígena diferente não for diferente. Até agora a escola diferenciada só está no papel. A gente já falou muito sobre escola indígena diferente, mas na prática as coisas demoram muito para mudar. A gente não quer negar as coisas boas que os brancos nos ensinaram, mas a gente não quer que a nossa história e a nossa cultura se percam. Por isso, muitas comunidades indígenas estão fazendo seus próprios currículos, do jeito que eles acham bom. Agora temos leis que falam de educação indígena. As leis estão do nosso lado e nós vamos lutar para que sejam cumpridas. (MARIA DE LURDES, 2005)

Entre tantas as discussões se criou princípios norteadores para a Educação indígena, expressos no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, obra resultante das conferências, seminários e oficinas sobre a modalidade de educação: entre os Povos Indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais:

Uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos “seres” e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir – e assegurar – determinadas qualidades;

Valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcados por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação de reciprocidade entre os povos que a integram;

Noções próprias culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;

Formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados – econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

É por meio desses princípios que a escola não é vista pelos povos indígenas como único lugar de aprendizagem e também que existem outros elementos além daquilo que é concreto que pode ser elemento de ensinamento e estudo. Embora existam princípios comuns norteadores para a Educação Escolar Indígena, as escolas indígenas se constroem num processo desafiador de formulação de práticas que favoreçam a unificação do saber tradicional da etnia ao que é estabelecido pela Base Nacional Comum.

E que por vezes, chega a ser pensado pelas lideranças indígenas como um empecilho no desenvolvimento e efetivação na prática do que é regido por lei sobre Educação Escolar Indígena. Daí se concebe também muitos estereótipos a cerca dessa modalidade de ensino, pois continua sendo analisada com os mesmos olhos de quem olha para a educação dita convencional.

De acordo, com dados do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/Inep, 2013), existem 2.765 escolas indígenas situadas em todas as unidades da federação; 14 mil professores atuam nas escolas indígenas; destes, somente 7.321 se declaram indígenas. Isso significa que quase metade dos professores não são

indígenas; 246 mil estudantes indígenas estão matriculados na Educação Básica; em 78,3% das escolas indígenas a língua indígena é utilizada (são, portanto, escolas bilíngues).

## 2.1. Dados históricos da Educação Indígena: avanços e dificuldades

A Educação Indígena conforme já foi dita se constrói ao longo da história, se permitindo inovar sem que deixe de reafirmar a sua identidade e valorizar as suas tradições numa perspectiva de disseminar conhecimentos milenares que são transmitidos de geração a geração. A modalidade de educação como sendo uma das grandes conquistas das etnias indígenas no Brasil também se apresenta com dificuldades assim como as demais modalidades de educação.

Tais problemas esses que perpassam pela estrutura da escola, recursos didáticos pedagógicos e contratação pessoal de funcionários. Na medida em que se obtém novas conquistas também se apresentam novos desafios para o movimento indígena. Além disso, a Educação Indígena ainda tem vários outros desafios a enfrentar, o mais desastroso de todos é a questão do preconceito.

É inegável considerar os direitos por serem povos que lutam pela demarcação de suas terras e por terem costumes diferentes daqueles que já foram postos pela sociedade dita civilizada como sendo padrão. Aqui é importante frisar que é preciso que percebamos o índio como um ser humano primeiramente, porém vivem em culturas diferentes e precisam ser respeitados.

Embora a educação escolar indígena tenha que enfrentar vários desafios e barreiras com relação à discriminação e preconceitos, o que fortalece a luta contra estes desafios é a tomada de consciência, por parte dos professores indígenas, de que a educação é um compromisso de todos. Que o presente documento possa oferecer também essas orientações e subsidiar melhor a elaboração de programas educativas, que atendam realmente aos interesses das comunidades principalmente a elaboração de seus currículos específicos". (RCNEI,2005, p.44)

De acordo com último censo realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e FUNAI – Fundação Nacional do Índio, existem no Brasil

cerca de 817,9 mil indígenas reconhecidos, falando 274 línguas diferentes divididos em 305 etnias. Destes 502.783 vivem na Zona Rural e 315.10 habitam as zonas urbanas Brasileiras. O censo ainda demonstrou que 17,5% de população indígena não fala a língua portuguesa.

Esses dados permitem uma visão panorâmica sobre a diversidade quando falamos sobre Educação Escolar Indígena no país. Se considera que cada etnia tem suas escolas indígenas e ainda que dentro de suas etnias cada aldeia possui suas especificidades podemos perceber a diversidade de conhecimentos milenares que as populações indígenas possuem na sua mais bonita singularidade.

A Escola indígena é vista pelas suas etnias como um local de fortalecimento da luta pela garantia dos seus direitos, é necessário ter índios dotados de conhecimento para buscarem seus direitos para dentro de suas comunidades, direitos esse que estão garantidos constitucionalmente, porém não efetivados como deveriam, podemos citar nessa situação o direito à terra demarcada, direito à uma saúde de qualidade, direito de acesso às políticas públicas e sociais dentre outros.

Observa-se a importância que as escolas indígenas têm para suas comunidades, se fazendo perceber em um patamar de responsabilidades que vai além do papel formal de uma escola e por isso também se faz necessária a presenças das lideranças dentro da escola, pois tem um papel fundamental na construção dos saberes e percepções ancestrais da etnia, valorizando os princípios e tradições do povo como resgate da língua materna.

Ao se analisar os dados do último censo realizado pelo IBGE é notório o crescimento da população indígena no Brasil tendo como referência as pesquisas anteriores. Isso tem permitido algumas reflexões dentro do movimento indígena do Brasil, fazendo perceber nesses diálogos que as pesquisas realizadas por meio do censo em suas pesquisas anteriores não faziam referências de auto declaração indígena.

Para tanto se tornava difícil a reafirmação da identidade indígena do cidadão tendo como referência os grandes massacres vivenciados até hoje pelas etnias indígenas, práticas que ainda fazem parte do que a população dita civilizada



nomeou como “Descobrimto do Brasil” e “Catequização dos Índios”. Os termos apresentados acima merecem uma discussão mais aprofundada e requer uma visão um pouco mais civilizada já que a sociedade atual afirma viver em um mundo moderno e globalizado.

Não se pode descobrir aquilo que já era habitado por alguém, aquilo que já tinha dono e também não se pode catequizar quem possui valores, crenças e saberes próprios. Mesmo diante dessa reflexão é comum nos depararmos diariamente com situações em que mesmo num mundo globalizado e moderno o índio não pode se fazer parte dessas transformações.

Se o índio usar um relógio, a sociedade dita civilizada por vezes o julga como não possuidor de sua identidade indígena, porém nenhum brasileiro teve sua identidade negada por usar algo que não pertencia ao seu convívio natural. Da mesma forma que se admite um pensamento pelo qual o índio deixa de ser índio por usar algo do homem branco, poderíamos admitir que qualquer homem branco tenha a identidade indígena quando utilizar utensílios ou objetos pertencentes as populações indígenas e isso é inadmissível.

## 2.2. Princípios norteadores da educação escolar indígena

Para fala de Educação Diferenciada é necessário antes de mais nada compreender conceitos importantes. Se indaga porque criar uma escola só para índios, se já tem tantas escolas, isso não seria reprimir, ou excluir o índio da sociedade dita moderna? De acordo com os princípios indígenas não, a educação diferenciada em primeiro lugar não significa escola propriamente dita.

Isso significa educar as crianças da aldeia de forma diferenciada do que é a educada as crianças de outras culturas, em segundo lugar, a criação de escolas indígenas se faz necessário no momento em se percebe que as crianças indígenas não têm sua cultura e seus costumes respeitados na maioria das escolas convencionais, tendo que por muitas vezes esquecerem suas línguas maternas, seus costumes e tradições.

A Educação Indígena foi pensada para reafirmar o direito a uma identidade

específica para os índios, é preciso entender que uma sala de aula apenas não representa o contexto da educação indígena para os índios. Na aldeia toda sua extensão é escola, por isso os processos educacionais se diferem dos padrões da escola convencional.

O aluno indígena precisa aprender a pescar no rio, colher sementes, fazer artesanato, praticar seus rituais e tudo isso faz parte da vivência diária dos alunos indígenas. Compreendendo a partir dessa teoria, nos faz compreender a necessidade da criação da educação diferenciada para as populações indígenas. Antes de conceituar os princípios de educação diferenciada é importante ressaltar sobre os conceitos que as próprias etnias têm com relação ao tema.

Inicialmente, para as comunidades indígenas não é comum perceber uma diferença de papéis ou valores quando se coloca sobre escola e comunidade, segundo as lideranças indígenas, a escola é comunidade e comunidade é escola, portanto não se concebe um papel para cada uma delas e sim se completam numa perspectiva de construção e reafirmação da identidade.

Segundo as lideranças, a escola tem um papel muito importante para o movimento indígena, pois quem está na escola é índio e tem suas particularidades relacionadas ao movimento. Para as etnias indígenas, a educação se apresenta por meio de dois diferentes e importantes momentos que se conceituam numa linha inicial denominada Educação Indígena.

Ela é composta pelos conhecimentos tradicionais milenares da etnia que vem sendo repassado de geração à geração, pautados nos valores e princípios étnicos e uma segunda linha de percepção denominada educação Escolar Indígena, onde as crianças aprendem a ler, escrever e formar seus conceitos sobre sua identidade e tudo que pertence ao seu mundo.

De acordo, com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, a escola indígena possui quatro importantes características que reafirmam sua identidade, a primeira delas é ser comunitária, por que é conduzida pela comunidade indígena de acordo com seus projetos, concepções e princípios, isto reflete desde a construção do currículo à administração, incluindo a liberdade e autonomia na

elaboração do calendário letivo.

A segunda característica é ser intercultural por conter uma diversidade cultural e linguística visível e apreciada, não considerando uma cultura mais relevante que outra, mas entendendo que todas contribuem para a formação do ser. A terceira característica é ser bilíngue/ multilíngue, atentando-se as línguas tradicionais das etnias e seus jeitos próprios de comunicação. A quarta e última característica é ser específica e diferenciada numa perspectiva que abrange a autonomia da comunidade sobre as escolas, bem como a participação das lideranças em todo o processo educacional.

Essas quatro características definem muito bem o contexto da Educação Indígena no Brasil, não se pode pensar em Educação Diferenciada sem pensar nesses elementos norteadores. A Escola é dos meios mais visíveis de reafirmação da identidade enquanto indígena para as diversas etnias indígenas, as lideranças costumam afirmar que a luta deu origem à Escola indígena e a escola precisa suportar a luta desses povos.

A luta pela demarcação de seus territórios, a luta pela garantia de uma saúde de qualidade, pela implementação de políticas públicas e várias outras lutas. Por isso, as escolas indígenas têm múltiplos sentidos e responsabilidades, é necessário além de garantir um ensino diferenciado de qualidade para as aldeias, garantir também que o movimento pela busca da efetivação de direitos dos povos também seja considerado.

A escola indígena precisa preparar guerreiros e guerreiras que sejam capazes de atuar dentro e fora de suas aldeias sem precisar negar suas origens ou vender sua dignidade para os brancos, que sejam capazes de defender seus direitos e sua identidade em qualquer lugar, lutar de igual para igual na defesa de seu povo, sem necessidade de usar suas especificidades para se ver inferior ou superior a qualquer outra pessoa.

O direito aos processos próprios de aprendizagem estão amparados em diversos dispositivos da Lei, conforme já foi enfatizado, esses dispositivos legais permitem às escolas indígenas se utilizarem das mais diversas práticas e saberes

milenarios do seu povo ou etnia, garantindo ao aluno que seu contexto educacional não seja tão diferente daquilo que está habituado no seu dia a dia com sua família e assim a educação indígena não acontece em ciclos separadas mas de forma continuada, onde o que ele aprende na escola dá continuidade na escola e o que aprende na escola coloca em prática na comunidade.

### 2.3. Processos de alfabetização na educação indígena x educação convencional

A escola indígena é intercultural, porque deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política.

“A escola é da luta e a luta é da escola”, conforme afirma a liderança Adriana Tremembé, (ASSEMBLEIA DAS ALDEIAS, 2010) enfatizando a importância da inserção da escola na luta e também das concepções da luta dentro do currículo da escola, para assim construir de fato uma educação indígena diferenciada sem perder a qualidade de ensino e muito menos os pressupostos que caracterizam o movimento indígena.

A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire (2000) fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira as mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde. ”

Essa concepção de Paulo Freire, descreve exatamente as concepções das etnias indígenas quando se fala em educação diferenciada, não se pode falar em educação e desvincula lá das lutas sociais pela garantia de seus próprios direitos. O

Índio não consegue perceber a escola sem falar na garantia do seu território, na garantia de uma saúde de qualidade, de garantia de políticas públicas para o seu povo, sem falar na defesa do meio ambiente e várias outras coisas importantes para o índio.

Não possível perceber a educação diferenciada sem os saberes dos mais velhos, sem a presença das lideranças dentro da escola, pois muito antes da escola existem várias outras lutas que precisam ser lembradas diariamente, por isso muitas vezes os alunos indígenas estão em suas aulas quando precisam deixar suas escolas e ir para a escola maior de tudo isso que é a luta pela garantia de seus direitos e o direito das gerações futuras.

A educação indígena é pensada por meio de processos e práticas próprias, por isso é reinventada constantemente, não para mudar o jeito de ser dos indígenas, mas para aprimorarem suas práticas vividas. Talvez, por esse motivo a educação indígena é classificada por desconhecedores dessa modalidade de educação como uma educação atrasada e sem pressupostos pedagógicos.

É preciso entender que o que representa e faz as escolas ditas convencionais não representam o modo de pensar na educação indígena, os índios não estão formando pessoas em escolas competitivas e muito menos formando alguém, a formação do índio é um processo contínuo, e não acontece simplesmente na escola.

Para os índios a escola é muito importante e por isso ela precisa atender às várias necessidades das etnias. As escolas indígenas não foram criadas para reproduzir conhecimento do branco, mas para refletir sobre seus próprios conhecimentos e aprimorá-los, num contexto coletivo, onde os múltiplos e particulares saberes são valorizados. Geralmente, os mais velhos das etnias não têm o domínio da leitura e da escrita, mas tem em sua longa experiência saberes incalculáveis.

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros: são valores e mecanismo da educação tradicional dos povos indígenas. (BRASIL, 2005, p. 23)

Na escola do índio, quando trabalham sobre a medicina tradicional por exemplo, a criança indígena não aprende somente os conceitos do que diz o conteúdo, além disso ela conversa com os raizeiros e curandeiros para aprender a fazer seus próprios remédios, desvendando os mistérios das plantas e das ervas. Quando a criança vai praticar as modalidades indígenas na disciplina de expressão corporal, ele não aprende apenas a lançar a flecha.

Ele primeiro aprende a construir sua própria flecha e arco para depois aprender a lançar, assim parece fácil, a criança vai na mata retirar a madeira, aprende as técnicas e constrói sua flecha, não é tão simples assim, não é qualquer madeira que deve ser retirada, a criança precisa aprender sobre os segredos das matas, não é qualquer madeira que dá uma boa flecha e assim por diante. Todos esses conceitos que permeiam a categoria de educação indígena também se aplicam a formação da criança indígena ainda nas creches,

Por isso, é tão importante compreender tais conceitos. Isso tudo ainda permite uma outra reflexão, pois embora sejam crianças, existe o paradigma por serem indígenas e assim considerados por muitos como classe social popular. Sobre isso, Kramer (2003), argumenta:

[...] as crianças das classes populares fracassam porque apresentam “desvantagens socioculturais”, ou seja, carências de ordem social. Tais desvantagens são perturbações, ora de ordem ou linguística, ora de ordem afetiva (KRAMER, 2003, p.32).

Diante disso, nos cabe refletir sobre o ser “popular” aqui apresentado, os povos indígenas tiveram sempre ao longo de sua existência que conviver com paradigmas como este, ser popular não significa ser inferior, porém isso ainda se mistura às diversas opiniões dos sujeitos civilizados. Talvez não seja correto afirmar que a criança indígena seja desprovida de conhecimentos ou seja prejudicada em sua trajetória educacional por ter menos acesso a informação.

É melhor que se considere que essas crianças tenham acesso à conhecimentos diversificados e diferenciados. É importante compreendamos esses

conceitos, pois a ainda têm conceitos distorcidos e errôneos sobre as populações e por isso existem ideias de que é muito fácil trabalhar em escola indígena, os alunos só aprendem sobre a cultura deles, tem conhecimentos inferiores aos da sociedade civilizada e assim por diante.

Com base nessas afirmativas o RCNEI traz em suas discussões reflexões a cerca dessas ideias errôneas sobre os índios:

**“São todos iguais”**: desconhece-se e nega-se a grande diversidade sociocultural e linguística entre os povos indígenas.

**“São do passado”**: primeiro, nega-se a presença dos povos indígenas como parte da população brasileira e como integrantes do futuro do país; segundo, considera-se o índio como representante da “infância” da humanidade, como remanescente de um estágio civilizatório há muito ultrapassado pelos “civilizados”.

**“Os índios não têm história”**: decorrente da noção anterior, esta baseia-se na falsa certeza de que os povos indígenas “pararam no tempo”, “não evoluíram”, vivem como na “nossa” pré-história. Como consequência, imagina-se erroneamente que as sociedades e culturas indígenas não se transformam, não se desenvolvem, e que suas tradições são absolutamente imutáveis.

**“São seres primitivos”**: “atrasados”, que precisam ser “civilizados”: nega-se aos povos indígenas o direito à autodeterminação e à autonomia de suas escolhas e desqualifica-se seu patrimônio histórico e cultural. Isso impede que se admita e reconheça a existência de ciências e de teorias sociais indígenas, de uma arte e religião próprias etc.

**“São aculturados”**: não são mais “índios”. Imagina-se que quando os povos indígenas alteram alguns aspectos no seu modo de viver, tornam-se “aculturados”, deixam de ser autênticos e não podem mais reivindicar suas terras ou outros direitos relativos à condição de índios.

De acordo com a obra Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2005):

O direito assegurado às sociedades indígenas, no Brasil, a educação escolar diferenciada, específica, cultural e bilíngue, a partir da Constituição Federal, vem sendo regulamentada por meio de vários textos legais, a começar pelo Decreto 26/91, que retirou a incumbência exclusiva do órgão indigenista (FUNAI) de conduzir processos da educação escolar nas sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações, e sua execução aos estados e municípios. ”

Falar dos princípios da educação indígena é falar também da organização étnica dos povos indígenas, seus costumes, crenças e tradições. Cada povo possui suas particularidades e isto impacta diretamente nas ações e planejamento da Gestão dessas escolas. Por esse motivo, as escolas indígenas organizam seu próprio calendário letivo, respeitando os períodos de colheita, as datas sagradas e as festas tradicionais de cada etnia.

Para garantia constitucionalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 ressalta sobre a educação escolar indígena. No seu capítulo II da seção I resume que:

Art.26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A fundamentação legal dos princípios da Educação Indígena, as escolas vislumbram nessa pedagogia de construção e compartilhamento de saberes, portanto, é tão necessário o envolvimento dos profissionais da educação indígena no movimento, para entendimento da luta, não apenas os professores, mas de diretores, coordenadores, secretários, voluntários, alunos e comunidade.

Para que se possa compreender melhor o conceito de cultura, o carro chefe da educação indígena precisamos fazer um esforço e assim perceber porque essa temática está tão enraizada dentro das concepções de educação indígena. Na busca da sobrevivência, o homem interage com a natureza, modificando-a e dela extraindo o que necessita.

Desta forma, cria seu mundo com características humanas, e define a cultura do seu povo. A cultura é resultado de toda a produção humana, segundo Saviani (1992, p.19) “Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura).” É preciso encarar essa diversidade que tem dentro das escolas como fator privilegiado



e construído por meio de diversas experiências

Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples às mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores, etc. É papel da educação escolar, respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nos alunos, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação.

### **3 - O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO LINGUÍSTICA NA ESCOLA INDÍGENA**

Para discutir sobre o processo de Alfabetização linguística na Escola Indígena é preciso entender que são diversos os processos, a criança indígena não aprende e não se desenvolve por meio de um único processo. Os povos indígenas têm em sua cultura e originalidade a língua materna e por isso é garantido que aos

povos seja garantido o direito de ser alfabetizado em sua língua mãe e isso é interessante pois cada etnia tem sua língua específica.

A partir da Constituição Federal de 1988, configurando-se como uma política e se denominou como Educação Diferenciada numa perspectiva de reconhecer o direito à educação ao índio, de serem eles mesmos. A Constituição da República Federativa se expressa em seu capítulo II da seguinte forma:

2. O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Esse direito para os povos defende a sua originalidade de ser o que são com direitos à cidadania sem ser necessário esquecer suas culturas e métodos próprios de aprendizagem. Conforme, já foi dito nesse artigo, a escola indígena é vista pelas suas etnias como um lugar e um direito de reafirmação de sua identidade. Nessa perspectiva que as escolas se conceituam e trabalham dia após dia para atender as necessidades das aldeias.

Ter uma escola indígena dentro de suas aldeias é reafirmar a identidade de cada índio que ali habita. A conquista da escola é o início para se conquistar o território, é se as etnias ganhassem força para lutar pelos seus direitos. A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto, entende-se educação como a prática social responsável pelo processo de humanização.

Esse autor fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira as mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde...” (2000, p.122).

Essa concepção de Paulo Freire descreve exatamente as concepções das etnias indígenas quando se fala em educação diferenciada, não se pode falar em educação e desvincula lá das lutas sociais pela garantia de seus próprios direitos. O

Índio não consegue perceber a escola sem falar na garantia do seu território, na garantia de uma saúde de qualidade, de garantia de políticas públicas para o seu povo, sem falar na defesa do meio ambiente e várias outras coisas importantes para o índio.

Não possível perceber a educação diferenciada sem os saberes dos mais velhos, sem a presença das lideranças dentro da escola, pois muito antes da escola existem várias outras lutas que precisam ser lembradas diariamente, por isso muitas vezes os alunos indígenas estão em suas aulas quando precisam deixar suas escolas e ir para a escola maior de tudo isso que é a luta pela garantia de seus direitos e o direito das gerações futuras.

A educação indígena é pensada por meio de processos e práticas próprias, por isso é reinventada constantemente, não para mudar o jeito de ser dos indígenas, mas para aprimorarem suas práticas vividas. Talvez por esse motivo a educação indígena é classificada por desconhecedores dessa modalidade de educação como uma educação atrasada e sem pressupostos pedagógicos. É preciso entender que o que representa e faz as escolas ditas convencionais não representam o modo de pensar na educação indígena, os índios não estão formando pessoas em escolas competitivas e muito menos formando alguém, a formação do índio é um processo contínuo, e não acontece simplesmente na escola.

Para os índios a escola é muito importante e por isso ela precisa atender às várias necessidades das etnias. As escolas indígenas não foram criadas para reproduzir conhecimento do branco, mas para refletir sobre seus próprios conhecimentos e aprimorá-los, num contexto coletivo, onde os múltiplos e particulares saberes são valorizados. Geralmente os mais velhos das etnias não têm o domínio da leitura e da escrita, mas tem em sua longa experiência saberes incalculáveis.

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros: são valores e mecanismo da educação tradicional dos povos indígenas. (BRASIL, 2005, p. 23).

Na escola do índio, quando trabalham sobre a medicina tradicional por exemplo, a criança indígena não aprende somente os conceitos do que diz o conteúdo, além disso ela conversa com os raizeiros e curandeiros para aprender a fazer seus próprios remédios, desvendando os mistérios das plantas e das ervas. Quando a criança vai praticar as modalidades indígenas na disciplina de expressão corporal, ele não aprende apenas a lançar a flecha.

Ele primeiro aprende a construir sua própria flecha e arco para depois aprender a lançar, assim parece fácil, a criança vai na mata retira a madeira, aprende as técnicas e constrói sua flecha, não é tão simples assim, não é qualquer madeira que deve ser retirada, a criança precisa aprender sobre os segredos das matas, não é qualquer madeira que dá uma boa flecha e assim por diante. Tudo isso nos permite questionar sobre o que tudo isso tem a ver com o Processo linguístico de Alfabetização? A resposta é tudo, todos esses elementos são essenciais para a construção do saber indígena, da linguagem e do desenvolvimento dos alunos.

### 3. 1- O trabalho com leitura e escrita nas escolas indígenas

O trabalho com leitura e escrita das escolas indígenas acontece na língua portuguesa, mas também na língua materna indígena de cada etnia e as habilidades leitoras e linguísticas se apresentam em todas as áreas do conhecimento aplicadas no currículo da escola. São diversas e interessantes as experiências que encontramos no País quando falamos do trabalho com leitura e escrita nas escolas indígenas, cada uma dessas experiências se apresentam e se desenvolvem de acordo com a realidade da etnia e dos costumes vivenciados.

E aqui é importante também destacar que o trabalho para o desenvolvimento das competências leitoras e linguísticas não são direcionadas apenas para o sujeito principal da escola, o aluno (ideologia do homem branco) na escola indígena, todos são sujeitos principais desse processo, por isso as atividades perpassam os muros da escola e se destina a comunidade, os pais das crianças

indígenas.

Entre as atividades mais comuns que podemos citar como exemplo: O samburá da leitura – O samburá é um cesto feito de palha tecido pelas artesãs das aldeias, o utensílio antes da educação escolar indígena era usado para coletar as frutas – A atividade funciona como é utilizado o que na escola convencional é chamado de tapete da leitura e é utilizado por muitas escolas indígenas do Brasil, claro, que cada uma respeita as suas especificidades.

A escola compreende e tem interesse em disseminar a leitura e a escrita também para os pais, para a família para proporcionar a mesma um olhar diferente de si mesmo, pois a incapacidade de ler e escrever faz muitos pais se acharem inferior as demais pessoas das aldeias. Quando alguém desenvolve a competência leitora e linguística, se ver como um cidadão importante e com valor, se comporta frente aos problemas da aldeia de uma outra maneira e acaba se tornando um fiel parceiro da escola, o que é muito importante para a relação família e escola.

Desse modo é um dos fundamentos da educação escolar indígena o reconhecimento da comunidade educativa indígena, pois, conforme o RCNEI ( Referencial Curricular Nacional para as Escola Indígenas, ela

[...] possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas (...) que podem e devem contribuir na formação de uma política e práticas educacionais adequadas (BRASIL. MEC, 2005a).

Dentro desse trabalho, são valorizadas além das ferramentas comuns também as metodologias tradicionais, são estudadas as formas de linguagem se ferir o direito a diversidade de cada etnia. Para o índio, o falar é muito distante do que o homem branco atribui como correto conforme a língua portuguesa e por isso é importante frisar o papel do professor indígena nesse papel de interagir o que certo para as ciências e o certo para os povos tradicionais.

### 3.2- A linguagem como princípio da diversidade

A língua para os povos indígenas é também uma forma de resistência, pois muitas das etnias do Brasil possuem língua próprias e não são de conhecimento do homem branco, por isso dizem ser uma forma de resistir. A escola indígena tem a linguagem como um referencial de conhecimento que diferencia a etnia dos demais povos. Além do ensino, os docentes das aldeias devem responder por diversas demandas, dentre as quais destacamos elaboração de “materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues.

Conforme, a situação sociolinguística e as especificidades das etapas da Educação Escolar Indígena”, articulação das “linguagens orais, escritas, midiáticas, artísticas e corporais das comunidades e povos indígenas no âmbito da escola indígena (BRASIL, 2015, Artigo 7°). Essa demanda é decorrente do processo de escolarização a qual foram submetidas às sociedades indígenas na relação de contato com o europeu em território brasileiro.

Naquele momento, à transmissão de conhecimento oral foi acrescentada a perspectiva escrita, inserida por meio de uma escola baseada na catequização. Posteriormente, a escrita passa a ser instrumento da “institucionalização rigorosa do ensino formal da língua como objetivo básico de toda formação individual para enfrentar as demandas das sociedades ditas letradas” (MARCUSCHI, 2001, p. 29), agora em uma escola fruto de reivindicações do movimento indígena.

A partir da década de 1970 muitas escolas, ministram suas aulas por meio da língua mãe, a língua materna da etnia e também da língua portuguesa, por isso são bilíngues e podem até ser multilíngue conforme assegura a Constituição Federal no seu artigo 215 assegura às comunidades indígenas o uso de sua língua materna e de seus próprios processos de aprendizagem, e delega ao Estado o dever de proteger as manifestações culturais desses povos.

As escolas indígenas tornam-se então, o maior instrumento de aquisição deste direito assim como de valorização dos saberes e das tradições indígenas, como forma de não mais restringir-se aos instrumentos de imposições de valores culturais (BRASIL, 1993). Porém, nem todas as escolas indígenas do país são bilíngues ou multilíngues. A língua de cada etnia é própria, algumas dos povos do

Brasil tiveram de forma brutalmente sua língua extinta.

Principalmente os povos que habitam o litoral brasileiro, local por onde vieram os invasores do Brasil disfarçados de descobridores do Brasil, no entanto, muitas dessas etnias tem feito ao longo de suas resistências o resgate lento, minucioso e preciso dos rastros de sua língua mãe. Com esse resgate, as etnias vêm fazendo publicações dentro da escola, publicações estas que muitas vezes não se enquadram nos padrões de publicação de obras definido pelo homem branco.

Existem muitos registros dentro das aldeias, escritas a mão e ilustradas de formas bem particulares que não viram livros acessíveis e divulgados por falta de recurso. As aldeias têm se debruçado sobre a discussão e possibilidades de publicação de suas obras, se deparando com questionamentos como: até que ponto seria bom explicitar ao homem branco conhecimentos tão particulares e únicos de uma etnia; não seria mais uma possível arma para ser usada contra o próprio povo e assim por diante.

#### **4 - CONHECENDO A ESCOLA INDÍGENA BROLHOS DA TERRA ITAPIPOCA – CEARÁ**

A Escola indígena Brolhos da Terra está localizada na Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, no município de Itapipoca - Ceará no distrito de Marinheiros, mais precisamente na aldeia Munguba. A escola atende um público indígena que sobrevive da caça, pesca, agricultura, artesanatos, colheita de frutos, raízes, dos benefícios sociais e aposentadoria.

A Escola se encontra com algumas dificuldades, uma delas é o número de sala de aulas que é insuficiente para a quantidade de turmas, por esse motivo uma sala que é direcionada aos professores foi cedida para o funcionamento de duas turmas em turnos diferentes. Outro problema é a ausência da família na escola para acompanhar no desenvolvimento de aprendizagem de seus filhos.

A instituição vem trabalhando durante todo ano letivo com palestras, reuniões de pais e mestres para incentivar e fortalecer a presença dos mesmos na

escola. Outro ponto é a infrequência na escola por parte de alguns alunos. Vale ressaltar que enfrentamos ainda, alguns problemas sociais como conflitos na nossa comunidade com os nossos próprios parentes que não se identificam como Índios e tentam nos intimidar com suas ações.

Outro fato é a questão das drogas e da prostituição, que está ficando cada vez mais frequente no nosso dia a dia, onde os nossos jovens estão se envolvendo de forma preocupante. A escola ao perceber isso teve a preocupação e sentiu a necessidade de buscar uma parceria com o Ronda do Quarteirão, lideranças indígenas locais e a equipe de saúde indígena que colabora com palestra na escola.

Apesar de ser trabalhada a questão da sexualidade na adolescência dentro da escola, muitos jovens e adolescentes da comunidade ainda continuam se relacionando muito cedo e não se previnem e nem tem o senso crítico do risco dos seus atos, que pode ocasionar gravidez inesperada e outros riscos como doenças sexualmente transmissíveis, e por conta disso os mesmos não chegam a concluir os seus estudos não idade certa.

A escola ainda conta com uma Comissão de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente que atua diretamente em casos específicos dentro da escola assegurados pela lei nº 13.230, de 27.06.2002 (D.O. 27.06.2002). A Escola desde seu funcionamento que iniciou em 2005 sempre teve dificuldade de ter uma parceria com o município, por conta de ser diferenciada para atender os indígenas do Município, mas com a luta que nunca parou por uma Educação de qualidade.

Isso fez com que a gestão municipal do ano de 2014 construísse uma creche onde pretende funcionar em tempo integral para atender as crianças de um (01) à seis (06) anos de idade, no entanto a mesma ainda se encontra em construção. E também fomos agraciados com a contratação de três funcionários para serviço gerais a assim atendendo a necessidade da escola. Apesar de ter uma escola na comunidade ainda temos pessoas (adultos) com nível de escolaridade muito baixa.



A maioria só sabe escrever seu nome e ler algumas palavras, outros não escreve nem seu próprio nome, a maioria dos jovens já concluíram o ensino médio e não ingressaram em uma faculdade por falta de condições financeiras e falta de oportunidade de vagas nas universidades públicas. No que se refere a religião somos místicos (religiões diferentes) para nós povos indígenas religião é acreditar e respeitar o Deus soberano, deus do universo (pai Tupã) crendo e respeitando a terra como nossa mãe, se fortalecendo na força do vento, das águas e do fogo, e na ancestralidade.

Tudo isso, é o que nos mantém fortalecidos para continuarmos em defesa dos nossos direitos. Por sermos povos indígenas que lutamos por demarcação de nossas terras, saúde e Educação diferenciada, com qualidade, que mesmo sendo um direito que está na constituição federal de (1988), esses direitos são negados e desvalorizados pela a sociedade brasileira do nosso país. Muitas vezes, somos discriminados, violentados, e criminalizados isso quando não somos mortos, por parte da desigualdade preconceituosa que tem em nosso país.

E que não aceita o diferenciado dos povos indígenas, de como devemos viver com nossos costumes, crenças, e tradições próprias. A cultura vem sendo preservada no dia a dia na escola, desde a criança ao adolescente praticando o ritual sagrado (*Torem*), se caracterizando, preservando as memórias dos antepassados, costumes e tradições. A comunidade é organizada pelo o povo e as lideranças indígenas que se reúnem para debater os assuntos referentes as problemáticas vivenciada na comunidade local e escolar.

Conta-se com o apoio de todo o povo indígena das quatro aldeias. A participação das lideranças e professores e núcleo gestor que os mesmo tem a função de reunir os pais em cada final de bimestre para discutir assuntos relacionados ao aprendizado do alunado.

Embora a educação escolar indígena tenha que enfrentar vários desafios e barreiras com relação à discriminação e preconceitos, o que fortalece a luta contra estes desafios é a tomada de consciência, por parte dos professores indígenas, de que a educação é um compromisso de todos. Que o presente documento possa oferecer também essas orientações e subsidiar melhor a elaboração de programas educativas, que atendam realmente aos interesses das

comunidades principalmente a elaboração de seus currículos específicos”. (RCNEI, 2005)

#### 4.1. História de luta e resistência x Educação indígena local

A Escola Indígena Brolhos da Terra, foi criada pela necessidade da comunidade em ter uma educação que valorizasse a cultura, costumes, crenças, tradições de seu povo e por conta do preconceito sofrido pelas crianças e adolescentes que estudavam na escola convencional. Uma adolescente chegou a ser agredida com uma pedrada no olho, por um aluno da escola regular dentro do transporte escolar, por conta que a mesma se identificava como índia, sofrendo constantes preconceitos.

Esse fato ocorreu em 2004, logo após o ocorrido, as lideranças junto à comunidade, se reuniram e decidiram reivindicar uma educação diferenciada. Foram até a Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) e em nome da comunidade fizeram a reivindicação. No dia cinco (05) de fevereiro de 2005 recebemos a visita da Coordenadoria Regional De Educação (CREDE 2) que veio fazer a lotação de cinco professores: Erbene Rosa Veríssimo, Neusa Virgínio de Sousa, Cleidiane Castro de Oliveira, Sandra Virgínio de Sousa e Juliana Veríssimo Rosa.

Sendo que Erbene ocupou o cargo de professora-coordenadora. A formação dos professores era apenas o ensino médio convencional, apenas uma professora tinha cursado o pedagógico. No ano de 2006, todos iniciaram um curso de licenciatura na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Quatro, conseguiram concluir e em 2009, todos ingressaram no Magistério Indígena.

A escola funcionava no salão comunitário da Associação dos Pequenos Agricultores de Buriti que servia para as reuniões e encontros da Comunidade onde também funcionava uma turma de jovens e adultos (EJA), no período noturno mantido pelo o município de Itapipoca-CE. A referida associação doou o local para o funcionamento da Educação Escolar Indígena. Como tinha apenas uma sala, o espaço era pequeno e algumas turmas funcionavam nos alpendres das casas de professores que moravam próximo ao salão comunitário.

Os professores eram contratados temporariamente pelo Estado, a merenda escolar, o material didático eram responsabilidade do município. Como nem o Estado, nem o Município pagavam as merendeiras, os professores eram quem tiravam do seu salário para dar uma gratificação para duas merendeiras. A escola oferecia as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental I da 1ª à 4ª séries, funcionando em horários intermediários.

Durante o ano de 2005 a escola foi mantida pelo município e a partir do ano de 2006 passou a ser mantida pelo Estado. Nesse mesmo ano acrescentou-se um anexo na Aldeia São José, devido à distância de locomoção de uma Aldeia para a outra. No mesmo ano a comunidade fez uma reivindicação junto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e conseguiu material de construção (tijolos e telhas), para a construção de outras salas de aula.

Como o material não era suficiente então as professoras se reuniram e compraram as madeiras e o cimento, a comunidade contribuiu com a mão de obra e juntos construíram mais duas salas de aula, dois banheiros, e uma cantina. Com isso, as turmas que funcionavam nas casas dos professores passaram a funcionar na escola e aumentou mais uma turma. A quantidade de alunos aumentava a cada ano e apesar da ampliação, o espaço ainda não abrigava todos os alunos e duas turmas voltaram a funcionar fora da escola: uma em uma barraca anexa à escola e a outra na casa da liderança e professora Erbene.

Outra dificuldade era as condições precárias do salão comunitário, a falta de eletrificação na comunidade e a falta de recursos didáticos. Por conta de tudo isso, professores e lideranças começaram a reivindicar junto a SEDUC e Governo do Estado, a construção do prédio da escola para oferecer uma educação de melhor qualidade. Após muitas reivindicações, deu-se início a construção da escola em abril de 2009, mas em junho do mesmo ano a construção foi interrompida pela justiça por conta de uma ação a pedido da empresa Nova Atlântida que se diz ter a posse da terra.

A comunidade enviou cartas para a FUNAI e Ministério Público pedindo providências. Em agosto a justiça deu causa favorável a comunidade e em setembro a construção foi reiniciada. Em agosto de 2010 a construção foi concluída, no dia 03

de setembro foi inaugurada, vale ressaltar que no dia da inauguração, o coordenador da 2ª CREDE de Itapipoca havia sido autorizado pela SEDUC para realizar a inauguração da escola, depois do ato de inauguração, comunicou as lideranças que tinha recebido um comunicado do advogado da Empresa Nova Atlântida algumas horas antes da inauguração, a ordem de embargar a inauguração.

Como não era uma ordem judicial, ele resolveu inaugurar a escola o mais rápido possível. No dia 06 do mesmo mês, a escola começou a funcionar, no entanto, a empresa continua com o processo tentando fechar a escola. Em 2011 a Escola passou a ofertar o Primeiro ano do Ensino Médio. Em 2012, já oferecia o segundo ano do Ensino Médio. No mesmo ano, por unanimidade da comunidade em geral, a escola ganhou um novo nome: Escola Indígena Brochos da Terra.

Pois, até então se chamava Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio de Buriti, o novo nome significa uma nova geração, sendo divulgado no Diário Oficial da União e significando mais uma conquista do Povo Indígena Tremembé de Itapipoca-CE. Atualmente, a escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Quanto ao quadro de professores há dezenove (19) professores, o núcleo gestor é composto por uma (01) diretora, um (01) secretário e uma professora coordenadora de ensino (PCE).

Há duas auxiliares de serviços gerais e um porteiro, sendo que os mesmos são contratados por duas empresas terceirizadas. Quanto a estrutura física a escola possui quatro salas de aula, cinco banheiros, almoxarifado, secretaria, diretoria, sala dos professores, sala de informática, sala de multimeios, cozinha e pátio. As quatro salas de aula não são suficientes para atender todas as turmas, por conta disso, duas turmas funcionam na sala dos professores.

O Povo Tremembé de Itapipoca está muito feliz com a conquista da escola que é de fundamental importância para o fortalecimento de sua cultura e valores. Depois de muitas lutas e reivindicações a escola conquistou também um transporte escolar e ainda dispõe de uma merenda de qualidade onde a autonomia da escolha dos itens também é da escola que seleciona um cardápio respeitando a culinária tradicional dos alunos.

## 4.2. Espaços de aprendizagem no processo de alfabetização das crianças indígenas

A pesquisa desenvolvida na Escola Indígena Brolhos da Terra só completa e afirma sobre todos os conceitos aqui já apresentados sobre Educação Indígena. Para discutir sobre as ações afirmativas no processo de alfabetização – aquisição das habilidades linguísticas desta unidade de ensino apresento adiante o plano de ação da Sala de Leitura desta escola, fielmente como conforme foi disponibilizado.

### **PLANO DE AÇÃO**

#### **ESCOLA INDÍGENA BROLHOS DE TERRA**

**DIRETOR (a): MARIA DA PAZ CARNEIRO DE SOUSA**

**AMBIENTE DE APRENDIZAGAM: CENTRO DE MULTIMEIOS**

**Regentes: Keliane Castro de Oliveira**

A Escola Indígena Brolhos da Terra, está situada na aldeia Munguba, Distrito de Marinheiros, município de Itapipoca- CE, tem como missão oferecer um ensino de qualidade; contribuindo para a formação de cidadão capazes de atuarem dentro e fora da comunidade, preservando a cultura e defendendo seus direitos. Busca ainda valores que visem formar seres humanos honestos, sociáveis, solidários, determinados e conscientes de seus direitos e deveres no meio em que vivem defendendo o seu povo e formando uma sociedade justa e igualitária.

A mesma soma um total de 146 alunos matriculados, distribuídos nos turnos Manhã (1º ,2º, 3º,4º E 5ºFundamental I), Tarde (6º, 7º, 8º E 9º Fundamental II) e noite 1ª e 2ª – Ensino Médio). A referida escola conta com 17(dezessete) professores em sala de aula, 04(quatro) funcionários terceirizados, 01(um) secretário escolar,01(uma) coordenadora pedagógica ,01(um) Assessor financeiro,01(uma) diretora, 02(dois) professores do LEI e 02(duas) professoras no centro de multimeios.

#### **- Objetivos**

Desenvolver a vontade de ler e fazer dessa leitura um hábito de lazer e conhecimento;

Proporcionar aos alunos, professores e demais visitantes um bom atendimento a fim

de incentivar o prazer pela leitura através de atividades diversas;

Tornar o Centro de Múltiplos Recursos um ambiente convidativo com o intuito de atrair leitores e pesquisadores;

Desenvolver ato de ler e escrever conscientizando a comunidade escolar da importância da leitura e escrita, tornando assim os mesmos leitores e escritores;

Desenvolver o gosto e o prazer pela leitura através do interesse revelado nos empréstimos, nas frequências e participações das atividades propostas pela sala de leitura.

Criar momentos prazerosos de leitura e desta forma “fazer da leitura uma das possibilidades de felicidade ao alcance de todos”;

Estimular nos alunos um processo de leitura permanente para estarem continuamente atualizados frente aos desafios e perspectivas do mundo moderno/contemporâneo, ajudando-os a se tornarem leitores e escritores;

- Metas ou resultados esperados.

Dar continuidade a divulgação do acervo para os alunos e professores

Desenvolver projetos de leitura com os alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Viabilizar empréstimos de livros para os alunos em horários definidos de acordo com o cronograma elaborado.

Divulgar todo tipo de acervo recebido pelo FNDE através do Programa PNBE.

Orientar nas pesquisas, consultas.

Formar grupo de leitura – Quinta Feira interativa e Projetos de incentivos a leitura e escrita.

Conservar, juntamente com os alunos e professores o acervo da Sala de Leitura.

Promover palestras sobre os escritores.

Incentivar a participação dos discentes nos eventos da escola.

Proporcionar reforços escolares para os alunos que apresentarem maior dificuldade de leitura e escrita.

Está aberta ao diálogo e disponível para ajudar os professores quanto for necessário.

Ter contato direto com os professores, alunos, funcionários e gestão.

- Prioridades:

Conscientizar ou/ complementar junto aos professores a importância da leitura e da escrita nas pesquisas e o desenvolvimento intelectual do ser humano para que possam incentivar seus alunos a irem à busca do centro de multimeios.

- Estratégia:

Mostrar para os alunos a importância da leitura e a escrita como meio de aprendizagem, e juntamente com os professores e o núcleo gestor elaborar projetos que possam melhorar a Aprendizagem dos mesmos e também incentivar a participação de todos os alunos da comunidade escolar.

- Colaboradores imediatos: Núcleo gestor, professores e alunos.

<b>ATRIBUIÇÕES</b>	<b>AÇÕES E ATIVIDADES A DESENVOLVER</b>
<b>Empréstimos de livros.</b>	Viabilizar empréstimos de livros, para os alunos e professores em horários definidos
<b>Organizar e cuidar do acervo da biblioteca.</b>	Os alunos, em grupos de salas de aulas, são convidados a participarem, na sala de leitura, de uma análise do estado de conservação de livros. Através de diálogos entre o professor coordenador da sala de leitura e alunos, são procuradas saídas para evitar a depredação de o acervo buscar a conscientização para um bom manuseio do acervo bibliográfico.
<b>Gerenciar o material de ensino e aprendizagem existentes no centro de Multimeios.</b>	Selecionar e classificar o acervo da biblioteca. Publicitar a síntese da estatística de empréstimo bem como as obras e gêneros mais acessados pelos estudantes e professores.
<b>O jornal mural”</b>	O jornal mural é um importante meio para divulgar informações, projetos, ações pedagógicas e experiências exitosas; desenvolver a criatividade, o espírito crítico, a expressão oral e escrita ao ler e produzir textos diversificados; o objetivo desta atividade é desenvolver um aprendizado

	<p>interdisciplinar, através de um trabalho colaborativo. Ao produzir textos para o Jornal Mural, o aluno manifesta o saber, sente-se motivado a escrever, torna-se bom produtor de textos. O professor estimulará a produção de textos para este jornal, transformando, desta forma, a sala de aula em um laboratório de ideias.</p>
<p><b>Projeto: Você já leu?</b></p>	<p>Tem a finalidade de divulgar boas obras literárias, incentivando os alunos à leitura de livros paradidáticos. O objetivo será divulgar as diversas obras literárias, proporcionar melhor assessoria informacional a toda à comunidade estudantil e incentivar o hábito de leitura.</p> <p>Voltado para toda a comunidade estudantil, constitui-se em uma disseminação de informação sobre obras existentes na sala de leitura. O aluno, ao buscar uma obra da sala de leitura, é convidado a sugerir uma sinopse do livro.</p>
<p><b>Festival de talentos, intitulado O seu talento é um show, venha mostrar a sua arte.</b></p>	<p>Com a finalidade de incentivar e mostrar que através da ARTE é possível desenvolver a percepção e a imaginação das crianças e dos jovens. O festival será dividido em 03(três) categorias: <b>ARTES CÊNICAS</b> (dança, teatro, interpretação de textos/ poesias), <b>ARTES PLÁSTICAS</b> ( Pintura a mão livre, grafite) e <b>MÚSICA</b> (Canto e ou instrumental – criação de letra e melodia individual ou em grupo; Paródia – criação de uma paródia a partir de uma letra original).</p>
<p><b>Projeto Estante Magica.</b></p>	<p>Os professores do Lei e Multimeios serão responsáveis para gerenciar o projeto na escola com cada aluno inscrito na plataforma Estante Magica. Na qual os mesmos irão elabora sua própria história, que vai se transformar em livro de verdade. Promover a divulgação e organizar o evento.</p>
<p><b>Dia do livro</b></p>	<p>O Dia do Livro, comemorado em abril, fará parte dos temas trabalhados nas diferentes turmas do Ensino Fundamental II e médio.</p>



<b>Quinta – Feira Interativa</b>	A cada quinta- feira, na hora do intervalo de cada turno, será realizada uma atividade lúdica e recreativas , de incentivo a leitura, raciocínios lógicos, socialização em grupos, vivencias sobre a cultura Tremembé, visualizações de vídeos, DVDs e gêneros musicais.
<b>Programa SuperAção Jovem no Projeto Sala de Leitura.</b>	O Superação Jovem na sala de leitura assume desafio: qualificar o uso da Sala de Leitura pelos alunos, em especial, os jovens. O objetivo desta parceria é contribuir para tornar a Sala de Leitura um espaço educativo que fortaleça a aprendizagem escolar e permita que os jovens aprendam a ser, conviver, conhecer e fazer.
<b>Ler na escola</b>	Inserção na programação das aulas de Português, quinzenalmente, de um momento (cerca de 30 minutos) dedicado a atividades de leitura e de escrita centradas em livros propostos pelos professores ou sugeridos pelos alunos, tendo em conta as idades e os diferentes níveis de competência linguística dos alunos.
<b>Ler em casa</b>	Sensibilização dos pais e encarregados de educação para a importância do livro e da leitura de autores portugueses e de expressão portuguesa no desenvolvimento das crianças e jovens e na criação ou manutenção da ligação à cultura portuguesa.
<b>Criação do Momento da Leitura em sala de aula</b>	Periodicidade regular (por exemplo, uma vez por mês) convidar os alunos a trazer para a aula um livro que estejam a ler e que queiram recomendar aos colegas;
<b>Projeto de leitura para o SPAECE</b>	Os alunos, encontram-se despreparados para as provas externas, devido à dificuldade em ler e interpretar textos. Assim sendo, a Multimeios visa trabalhar para suprir esta carência. Que no final deste projeto os alunos adquiram a habilidade de ler com proficiência e interpretar textos de estilos variados. Visitar salas, convidar os alunos para participarem de um momento de leitura;

<p><b>Projeto Redação do Enem na sala de aula</b></p> <p>“Suporte nas áreas de conhecimentos: Linguagem, matemática, ciências humanas e ciências da natureza.”</p>	<p>Projeto Redação do ENEM na Sala de aula é uma ação do Multimeios, com o intuito de criar uma atenção renovada escolar de escrever textos dissertativos/argumentativos. Apresenta como principal objetivo compor um texto argumentativo estruturado, compreensível e eficaz a partir de determinado tema.</p>
--	---

**Fonte:** PPP (2018)

Com a apresentação deste plano de ação, deixa claro em todos os sentidos como a escola planeja e executa suas atividades, perpassando segurança aos envolvidos, isso tem tornado a escola cada dia mais atrativa para o seu público. No plano de ação também é possível perceber as metodologias utilizadas e os atores que fortalecem tais ações.

#### 4.3. Análise e discussão dos dados coletados

Para confirmar algumas suposições acerca do trabalho de pesquisa foi necessário realizar uma pesquisa, diz Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como,

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

A pesquisa realizada na Escola Indígena Brolhos da Terra se inicia na análise minuciosa do Projeto Político Pedagógica unidade de ensino, e foi realizada por meio de aplicação de questionários pelo método quantitativo e qualitativo. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia

própria.

Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34). Já a quantitativa Esclarece Fonseca (2002, p. 20): Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa.

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram alunos, professores e gestão escolar. Inicialmente iremos apresentar os dados obtidos na pesquisa serão apresentados de uma forma geral não permitir identificação pessoal, os primeiros dados apresentados são os coletados com alunos. Quando instigados a se identificarem, de uma forma geral apresentam seu nome, se auto identificam indígenas, dizem o nome da etnia, a idade, onde moram e onde estudam.

Os participantes são adolescentes numa faixa etária entre 15 a 18 anos, todos da etnia Tremembé, residente na Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú e estudam na Escola Indígena Brolhos da Terra. Quando perguntados qual o papel da escola na sua formação cidadã, respondem: A escola contribui muito para o desenvolvimento pessoal, incentiva para os estudos, apresenta possibilidades e oportunidades par ter um futuro melhor.

Quando perguntados sobre as ações afirmativas desenvolvidas pelos Espaços de aprendizagem no sentido de contribuir para a formação e fortalecimento

de sua identidade étnica, respondem que os espaços contribuem incentivando a leitura de livros, oferecem diferentes gêneros, trabalham diversos projetos.

Ao serem perguntados como ocorre o processo de alfabetização da escola, respondem que se desenvolvem por meio de diferentes atividades e projetos, nesse processo destacam a importância e o papel dos idosos, das lideranças e demais atores importantes na educação indígena. Os dados coletados com a pesquisa com professores, que seguem se apresentando na mesma metodologia conforme foi apresentado nos dados dos alunos, conforme segue a diante.

Em seguida, foram perguntados sobre o que significa a Educação Escolar Indígena no contexto da reafirmação da identidade indígena, respondem significa buscar compreender a luta por uma educação diferenciada através de interesses e necessidades dos índios, nos diversos espaços de afirmação de uma identidade indígena. Também dizem que a educação escolar indígena busca formar cidadãos críticos e defensores de seus direitos.

Ensina cumprir seus deveres como pessoa valorizando a sua cultura, costumes, crenças e tradições no sentido de manter firme a identidade étnica. Quando perguntados sobre o tempo que exerce a atividade de professor indígena e como tem sido essa experiência, respondem que estão em média a oito anos exercendo a atividade e falam que essas experiências tem sido um grande aprendizado relevante que permite entender o movimento.

Entretanto, se reconhece essa sendo uma educação de qualidade diferenciada, tendo em vista que ela reflete a natureza compartilhando a vida na comunidade em seus diversos aspectos. Quando perguntados sobre as ações afirmativas nos espaços de aprendizagem que tem desenvolvido para fortalecer o processo da escola, respondem que principalmente os projetos educacionais;

Dessa maneira, os reforços para alunos com dificuldades de aprendizagem e cursos diversos oferecidos. No momento da pesquisa em que são perguntados sobre como ocorre o processo de alfabetização das crianças indígenas *tremembés*, respondem que é por meio de atividades que estimulam as crianças a contribuir e partilhar novas formas de ação, por meio também de vários projetos voltados para

desenvolver as habilidades das crianças.

## **5 - CONCLUSÃO**

Para as comunidades indígenas, a educação escolar é estratégica para o fortalecimento do processo de afirmação de sua autonomia na condução de projetos de seu interesse. Em decorrência disso, é com muita veemência que demandam pela oferta da Educação Básica em suas escolas, a fim de evitar que adolescentes e jovens migrem para as cidades mais próximas em busca de estudos.

Para efetivação de tudo isso, as escolas indígenas tem diferentes missões ao longo de todo o processo de ensino aprendido, as mesmas cuidam de forma muito particular de cada índio e também da família, então dentro de suas múltiplas funções tem um outro papel que podemos chamar de social para com as aldeias onde a escola está inserida.

A proposta de uma Educação Escolar Indígena de qualidade – intercultural, específica, diferenciada, bilíngüe / multilíngüe – pressupõe que os próprios índios e suas respectivas comunidades estejam à frente como professores e gestores da prática escolar. Para que a escola indígena seja autônoma e fortaleça os projetos .societários e identitários dos povos indígenas é fundamental desenvolver práticas de formação docente considerando cenários de diversidade sociocultural.

Ao longo de toda a pesquisa se apresentam os diferentes conceitos e concepções da Educação indígena, com suas particularidades e seus encantos, pois ao conhecer na íntegra essa modalidade de ensino é perceptível os sentimentos e emoções inseridos em todo o processo. O professor indígena não é apenas professor, ele é liderança do povo e tem muitas outras funções na comunidade.

Daí conclui-se que a modalidade de educação aqui estudada se diferencia em diversos aspectos das outras modalidades de ensino, é um outro projeto de trabalho com a vida. Processo esse que é reconhecido e valorizado pelas etnias do País, uma vez que esse direito foi garantido e é mantido por meio de muita luta dos povos tradicionais.

## **6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas. 3. ed. Brasília: Funai/CGDOC, 2005

\_\_\_\_\_. Educação em contexto de diversidade étnica – os povos no Brasil. In: Diversidade na educação – reflexões e experiências. Brasília: Setec, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Capítulo I – Oralidade e letramento. In: Da fala para a escrita. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001

MELIÁ, Bartolomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Capema – Guia Prático. Brasília: MEC/Secad, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. 2. ed. Brasília: MEC/Secad, 2005a.

PIANTA, Isaac da Silva. Autonomia, para a gente, é ter uma escola com nosso próprio pensamento. In VEIGA, J. ; D'ANGELIS, W. R. (Orgs.). Escola Indígena, identidade étnica e autonomia. Campinas: ALB/Unicamp, 2003

\_\_\_\_\_. Um território ainda a conquistar. In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 33-55.

TASSINARI, Antonella M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana (Orgs). Antropologia, História e Educação - a questão indígena e a escola. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2001.

## **ANEXOS**

### **PESQUISA DE CAMPO – QUESTIONÁRIO PARA ALUNO**

#### **01 – Identifique-se**



---

---

---

---

---

---

---

---

**02- Em sua opinião, como você percebe o papel da escola na sua formação cidadã?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**03 – Quais ações afirmativas os Espaços de Aprendizagem desenvolvem para contribuir com sua formação e fortalecimento de sua identidade étnica?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**04 – Para você, como ocorreu ou ocorre seu processo de alfabetização no contexto escolar?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**01 – O que significa a Educação Escolar Indígena no contexto da reafirmação da etnia?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**02- Há quanto tempo exerce a atividade de professor indígena? Como tem sido essa experiência?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**03 – Quais ações afirmativas os Espaços de Aprendizagem tem desenvolvido para fortalecer o processo de ensino aprendido da escola?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**04 – Como a escola desenvolve o processo de alfabetização das crianças indígenas?**

---

---

---

---

---

---

---

---